



Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas

Mandato 2013-2017

ÍNDICE GERAL

Índice do articulado	Pág. 2
Preâmbulo	Pág. 7
Capítulo I - Assembleia Municipal, seus Membros e Grupos de Trabalho	Pág. 8
Capítulo II - Da Mesa da Assembleia Municipal	Pág. 17
Capítulo III - Do Funcionamento da Assembleia Municipal	Pág. 20
Capítulo IV - Das Deliberações e Votações	Pág. 30
Capítulo V - Das Comissões, Delegações ou Grupos de Trabalho	Pág. 32
Capítulo VI - Direito de Petição	Pág. 34
Capítulo VII - Da Publicidade dos Trabalhos e dos Atos da Assembleia	Pág. 35
Capítulo VIII - Disposições Finais	Pág. 36
Anexo I Distribuição de tempos de intervenção	Pág. 38

ÍNDICE DO ARTICULADO

CAPÍTULO I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SEUS MEMBROS E GRUPOS MUNICIPAIS

SECÇÃO I – Da Assembleia Municipal

Artigo 1.º - Natureza e Âmbito do Mandato	pág. 8
Artigo 2.º - Fontes Normativas	pág. 8
Artigo 3.º - Funcionamento	pág. 8
Artigo 4.º - Competências da Assembleia Municipal	pág. 8
Artigo 5.º - Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal	pág. 11

SECÇÃO II – Do Mandato

Artigo 6.º - Início e Termo do Mandato	pág. 12
Artigo 7.º - Verificação de Poderes	pág. 12
Artigo 8.º - Verificação de Faltas e Processo Justificativo	pág. 12
Artigo 9.º - Suspensão do Mandato	pág. 12
Artigo 10.º - Ausência Inferior a 30 Dias	pág. 13
Artigo 11.º - Cessação da Suspensão do Mandato	pág. 13
Artigo 12.º - Renúncia ao Mandato	pág. 13
Artigo 13.º - Perda de Mandato	pág. 13
Artigo 14.º - Preenchimento de Vagas	pág. 14

SECÇÃO III – Dos Direitos e Deveres dos Membros

Artigo 15.º - Deveres dos Membros da Assembleia	pág. 14
Artigo 16.º - Direitos Inerentes ao Exercício do Mandato	pág. 15
Artigo 17.º - Responsabilidade Pessoal	pág. 16

SECÇÃO IV – Grupos Municipais

Artigo 18.º - Constituição e Organização	pág. 16
--	---------

SECÇÃO V - Garantias de Imparcialidade

Artigo 19.º - Casos de Impedimento	pág. 16
Artigo 20.º - Escusa e Suspeição	pág. 17

CAPÍTULO II – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SECÇÃO I – Mesa da Assembleia

Artigo 21.º - Composição da Mesa	pág. 18
----------------------------------	---------

Artigo 22.º - Eleição e Destituição da Mesa	pág. 18
Artigo 23.º - Competências da Mesa	pág. 18
Artigo 24.º - Competências do(a) Presidente da Assembleia	pág. 19
Artigo 25.º - Competências dos(as) Secretários(as)	pág. 20
Artigo 26.º - Renúncia ao Cargo	pág. 20

CAPÍTULO III – DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

SECÇÃO I – Disposições Gerais

Artigo 27.º - Sede da Assembleia	pág. 21
Artigo 28.º - Lugar na Sala das Reuniões	pág. 21
Artigo 29.º - Lugar para a Assistência	pág. 21
Artigo 30.º - Proibição de Pessoas Estranhas no Plenário	pág. 21
Artigo 31.º - Convocação das Sessões	pág. 21
Artigo 32.º - Quórum	pág. 21
Artigo 33.º - Interrupção ou Suspensão das Reuniões	pág. 22

SECÇÃO II – Das Sessões

Artigo 34.º - Sessões Ordinárias	pág. 22
Artigo 35.º - Sessões Extraordinárias	pág. 22
Artigo 36.º - Duração das Sessões	pág. 23
Artigo 37.º - Sessões Extraordinárias convocadas a Requerimento de Cidadãos(ãs) Recenseados(as)	pág.23
Artigo 38.º - Sessões convocadas para mais de uma Reunião	pág. 23

SECÇÃO III – Organização dos Trabalhos

Artigo 39.º - Período das Reuniões	pág. 24
Artigo 40.º - Período de “Antes da Ordem do Dia”	pág. 24
Artigo 41.º - Período da “Ordem do Dia”	pág. 24
Artigo 42.º - Debates Temáticos	pág. 26
Artigo 43.º - Debates sobre o estado do Município	pág. 26
Artigo 44.º - Tempos de Intervenção e Organização das Intervenções	pág. 26

SECÇÃO IV – Do Uso da Palavra

Artigo 45.º - Uso da Palavra pelos Membros da Assembleia	pág.27
Artigo 46.º - Uso da Palavra pelos Membros da Mesa	pág.27
Artigo 47.º - Uso da Palavra pelos Membros da Câmara	pág.27
Artigo 48.º - Uso da Palavra pelo Público	pág.28
Artigo 49.º - Fins de Uso de Palavra	pág.28

Artigo 50.º - Modo de Usar a Palavrapág.28
Artigo 51.º - Invocação do Regimento e Interpelação à Mesapág.28
Artigo 52.º - Requerimentospág.29
Artigo 53.º - Recursospág.29
Artigo 54.º - Pedidos de Esclarecimentopág.29
Artigo 55.º - Reação Contra Ofensas à Honra ou Consideração.pág.29
Artigo 56.º - Protestos e Contra Protestospág.30
Artigo 57.º - Proibição do Uso da Palavra no Período da Votação.pág.30
Artigo 58.º - Declaração de Votopág.30

CAPÍTULO IV – DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

Artigo 59.º - Maioriapág.30
Artigo 60.º - Objeto das Deliberaçõespág.30
Artigo 61.º - Votopág.31
Artigo 62.º - Formas de Votaçãopág.31
Artigo 63.º - Processo de Votaçãopág.31
Artigo 64.º - Empate da Votaçãopág.31
Artigo 65.º - Voto de Vencido(a)pág.32

CAPÍTULO V - DAS COMISSÕES OU GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 66.º - Constituiçãopág.32
Artigo 67.º - Competênciaspág.32
Artigo 68.º - Composiçãopág.32
Artigo 69.º - Funcionamento das Comissões, Delegações e Grupos de Trabalhopág.33
Artigo 70.º - Comissão Permanentepág.33
Artigo 71.º - Comissões Especializadas Permanentespág.34
Artigo 72.º - Contatos Externos e Visitaspág.34

CAPÍTULO VI – DIREITO DE PETIÇÃO

Artigo 73.º - Direito de Petiçãopág.34
----------------------------------	-------------

CAPÍTULO VII – DA PUBLICIDADE DOS TRABALHOS E DOS ACTOS DA ASSEMBLEIA

Artigo 74.º - Carácter Público das Reuniõespág.35
---	-------------

Artigo 75.º - Ataspág.35
Artigo 76.º - Publicidade das Deliberaçõespág.36

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 77.º - Entrada em Vigor e Publicaçãopág.36
Artigo 78.º - Interpretação e Integração de Lacunaspág.36
Artigo 79.º - Alteraçõespág.36

ANEXO I – Distribuição de Tempos de Intervençãopág.38
--	-------------

PREÂMBULO

O Regimento constitui o instrumento fundamental para regular o funcionamento da Assembleia Municipal de modo a cumprir as competências que a lei lhe prescreve e as expectativas que as populações esperam ver asseguradas não apenas quando exercem o seu direito de voto, mas também quando a este órgão se dirigem para, no uso do seu direito de audição, alertar os poderes públicos para os problemas com que se confrontam.

O fundamento de qualquer Regimento reside no estabelecimento de regras, para a discussão e tomada de decisão no quadro das competências legalmente atribuídas a qualquer órgão e no respeito pelos princípios de sã convivência democrática que obriga a realização de entendimentos entre grupos e pessoas que, pensando de forma diferente, visam todos atingir o mesmo fim.

CAPÍTULO I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SEUS MEMBROS E GRUPOS MUNICIPAIS

SECÇÃO I

Assembleia Municipal

Artigo 1.º

Natureza e Âmbito do Mandato

1. A Assembleia Municipal de Odivelas é o órgão deliberativo do Município de Odivelas, sendo constituída por 33 membros eleitos pelo colégio eleitoral do município e pelos(as) 4 Presidentes de Juntas de Freguesia que a integram.
2. Os membros da Assembleia Municipal representam os(as) munícipes residentes na área do município de Odivelas.
3. A atividade dos membros da Assembleia Municipal visa a salvaguarda dos interesses dos(as) munícipes e a prossecução da realização das necessidades coletivas.

Artigo 2.º

Fontes Normativas

A constituição, a composição e a competência da Assembleia Municipal de Odivelas são as fixadas e definidas por lei e por este regimento.

Artigo 3.º

Funcionamento

O funcionamento da Assembleia Municipal de Odivelas rege-se por este regimento e pelas normas legais aplicáveis às autarquias locais, designadamente, o previsto na lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, e pela lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Artigo 4.º

Competências da Assembleia Municipal

1. Compete à Assembleia Municipal:

- a) Eleger, por voto secreto, o(a) Presidente da mesa e 2 secretários(as);
- b) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- c) Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das fundações e das empresas municipais;
- d) Acompanhar, com base em informação útil da Câmara, facultada em tempo oportuno, a atividade desta e os respetivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respetivo capital social ou equiparado;
- e) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do(a) Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, informação essa que deve ser enviada ao(a) Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão, para que conste da respetiva ordem do dia. Esta informação deve ser enviada aos membros da Assembleia Municipal, com a antecedência mínima de dois dias úteis, sobre a data do início da sessão;
- f) Solicitar e receber informações, através da mesa, sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer membro em qualquer momento;
- g) Aprovar referendos locais, sob proposta quer de membros da Assembleia, quer da Câmara Municipal, quer dos cidadãos(ãs) eleitores(as), nos termos da lei;

- h)** Apreciar a recusa, por ação ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da Câmara Municipal ou dos seus membros, que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
 - i)** Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços municipais;
 - j)** Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia, sem interferência no funcionamento e na atividade normal da Câmara;
 - l)** Votar moções de censura à Câmara Municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;
 - m)** Discutir, a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
 - n)** Elaborar e aprovar, nos termos da lei, o regulamento do conselho municipal de segurança;
 - o)** Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia;
 - p)** Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
 - q)** Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia;
 - r)** Exercer outras competências que lhe sejam conferidas por lei.
- 2.** Sempre que possível, o prazo previsto na alínea e) do n.º 1, relativamente à entrega dos documentos pela Câmara Municipal de Odivelas, deverá ser de 8 dias, para que a informação aí recebida possa ser distribuída em tempo útil.
- 3.** Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara:
- a)** Aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa;
 - b)** Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
 - c)** Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
 - d)** Aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei;
 - e)** Estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respetivos quantitativos;
 - f)** Fixar, anualmente, o valor da taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos, bem como autorizar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, de acordo com a lei;
 - g)** Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento, pelo Governo, de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte exclusivamente para os municípios;
 - h)** Deliberar em tudo quanto represente o exercício dos poderes tributários conferidos por lei ao município;
 - i)** Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respetivas condições gerais, podendo determinar,

nomeadamente, a via da hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

j) Determinar a remuneração dos membros do conselho de administração dos serviços municipalizados;

l) Municipalizar serviços, autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais e a aprovar os respetivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais, assim como a criar e participar em empresas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, fixando as condições gerais da participação;

m) Autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal, que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação;

n) Aprovar, nos termos da lei, a criação ou reorganização de serviços municipais;

o) Aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do Município, nos termos da lei;

p) Aprovar incentivos à fixação de funcionários, nos termos da lei;

q) Autorizar, nos termos da lei, a Câmara Municipal a concessionar, por concurso público, a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respetivas condições gerais;

r) Fixar o dia feriado anual do município;

s) Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências próprias, designadamente em matéria de investimentos, nas Juntas de Freguesia;

t) Estabelecer, após parecer da Comissão Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, selo e bandeira do município e proceder à sua publicação no *Diário da República*.

4. É ainda da competência da Assembleia Municipal, em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido de autorização da Câmara Municipal:

a) Aprovar os planos necessários à realização das atribuições municipais;

b) Aprovar as medidas, normas, delimitações e outros atos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei.

5. É também da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal:

a) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal, nos termos e com as competências previstas na lei;

b) Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstos na lei;

c) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação, de acordo com a lei;

d) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;

e) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos(as) seus(uas) funcionários(as), tendo por objeto o desenvolvimento das atividades culturais, recreativas e desportivas, bem como a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelos serviços municipalizados ou criadas pelos(as) seus(uas) funcionários(as), visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares.

6. A ação de fiscalização mencionada na alínea c) do n.º 1 consiste numa apreciação casuística e posterior à respetiva prática dos atos da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais, designadamente através de documentação e informação solicitada para o efeito.

7. A proposta apresentada pela Câmara referente às alíneas b), c), i) e n) do n.º 3 não pode ser alterada pela Assembleia Municipal e carece da devida fundamentação quando rejeitada, mas a Câmara deve acolher sugestões feitas pela Assembleia quando devidamente fundamentadas, salvo se aquelas enfermarem de previsões de factos que possam ser considerados ilegais.

8. Os pedidos de autorização para a contratação de empréstimos a apresentar pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 3, serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo de capacidade de endividamento do Município.

9. As alterações orçamentais por contrapartida da diminuição ou anulação das dotações da Assembleia Municipal têm de ser aprovadas por este órgão.

10. Para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 e n.º 6 deste artigo, a Câmara Municipal deverá enviar toda a documentação e informação, sobre a prática dos seus atos, serviços municipalizados, fundações e empresas municipais que permita o pleno e efetivo acompanhamento e fiscalização por parte da Assembleia Municipal.

Artigo 5.º

Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

1. O Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM) é um serviço de apoio administrativo da Assembleia Municipal.

2. Compete ao GAAM, designadamente:

- a)** A execução de todo o expediente referente à Assembleia Municipal;
- b)** A elaboração, de acordo com as diretivas do(a) Presidente da Assembleia Municipal, da agenda das sessões;
- c)** A assistência às reuniões plenárias da Assembleia Municipal e mediante decisão do(a) Presidente da Assembleia Municipal, às respetivas Comissões e Grupos de Trabalho;
- d)** A elaboração, de acordo com as diretivas dos(as) Secretários(as) da Mesa, das atas da Assembleia Municipal;
- e)** O apoio ao trabalho das Comissões e Grupos de Trabalho e à elaboração das respetivas atas, nos termos a fixar pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal, ouvida a Comissão Permanente;
- f)** A execução de quaisquer outras tarefas determinadas pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal e que se prendam com o funcionamento deste órgão.

3. O GAAM disporá de pessoal administrativo da Câmara Municipal de Odivelas, aí destacado, bem como de instalações próprias para o exercício das funções referidas.

4. Todos os aspetos e questões de subordinação hierárquica e funcional do pessoal do GAAM serão acordados entre o(a) Presidente da Assembleia Municipal e o(a) Presidente da Câmara Municipal ou Vereador(a) em que este(a) delegue competência para o efeito.

SECÇÃO II

Do Mandato

Artigo 6.º

Início e Termo do Mandato

1. O período do mandato dos membros da Assembleia Municipal é de 4 anos.
2. O mandato considera-se iniciado com o ato de instalação da Assembleia e com a verificação de poderes dos seus membros e cessa quando estes forem legalmente substituídos, sem prejuízo da cessação individual do mandato previsto na lei ou no presente regimento.

Artigo 7.º

Verificação de Poderes

1. Os poderes dos membros da Assembleia Municipal são verificados pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal cessante, lavrando-se ata da ocorrência.
2. A verificação dos poderes consiste na apreciação da regularidade formal dos mandatos, da identidade dos(as) eleitos(as) e da sua legitimidade.

Artigo 8.º

Verificação de Faltas e Processo Justificativo

1. Constitui falta, a não comparência a qualquer reunião ou sessão.
2. O pedido de justificação de falta pelo(a) interessado(a) é feito por escrito ou por correio eletrónico e dirigido à mesa, no prazo de 5 dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao(a) interessado(a), pessoalmente ou por correio eletrónico.

Artigo 9º

Suspensão do Mandato

1. Os membros da Assembleia Municipal podem solicitar a suspensão do respetivo mandato.
2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao(a) Presidente da Assembleia e apreciado pelo plenário na reunião imediata à sua apresentação.
3. Determinam a suspensão do mandato, designadamente:
 - a) Doença comprovada;
 - b) Exercício dos direitos de maternidade e paternidade;
 - c) Afastamento temporário da área geográfica do município, da autarquia por período superior a 30 dias;
 - d) Motivo de força maior.
4. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o(a) interessado(a) manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
5. Durante o seu impedimento, os membros da Assembleia diretamente eleitos são substituídos nos termos do n.º 1 do artigo 14.º deste regimento.

6. A pedido do(a) interessado(a), devidamente fundamentado, o plenário do órgão pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no n.º 4.

Artigo 10º **Ausência Inferior a 30 Dias**

1. Os membros dos órgãos das autarquias locais podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias.
2. A substituição obedece ao disposto no artigo 14.º deste regimento e opera-se mediante simples comunicação por escrito ou por correio eletrónico dirigida ao(a) Presidente do órgão respetivo, na qual são indicados os respetivos início e fim.
3. Em caso de justo impedimento, os(as) Presidentes de Junta fazem-se representar pelos seus(uas) substitutos(as) legais.

Artigo 11º **Cessação da Suspensão do Mandato**

1. A suspensão do mandato cessa:
 - a) Findo o prazo da suspensão;
 - b) Pelo regresso antecipado, após comunicação ao(à) Presidente da Assembleia;
 - c) Pela cessação de funções incompatíveis com as de membro da Assembleia Municipal.
2. Quando um membro da Assembleia Municipal retomar o exercício do mandato, cessam automaticamente os poderes do seu substituto.

Artigo 12º **Renúncia ao Mandato**

1. Os membros da Assembleia Municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer mediante manifestação de vontade apresentada, quer antes, quer depois da instalação da Assembleia.
2. A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou à presidência da mesa, consoante o caso.
3. A falta do(a) eleito(a) local ao ato de instalação da Assembleia, não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada equivale a renúncia de pleno direito.
4. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabem à Assembleia e deve ter lugar na 1.ª reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

Artigo 13º **Perda de Mandato**

1. Incorrem em perda de mandato os membros dos órgãos autárquicos ou das entidades equiparadas que:
 - a) Sem motivo justificativo, não compareçam a 3 sessões ou 6 reuniões seguidas ou a 6 sessões ou 12 reuniões interpoladas;
 - b) Após a eleição, sejam colocados em situação de inelegibilidade ou relativamente aos quais a Assembleia Municipal tome conhecimento de elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detetada previamente à eleição;

- c) Após a eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;
- d) Pratiquem ou sejam individualmente responsáveis pela prática dos atos previstos no Artigo 9.º da Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto.
2. Incorrem, igualmente, em perda de mandato os membros da Assembleia Municipal que, no exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem.
3. Constitui ainda causa de perda de mandato a verificação, em momento posterior ao da eleição, de prática, por ação ou omissão, em mandato imediatamente anterior, dos factos referidos na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do presente artigo.
4. As decisões de perda de mandato e de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são da competência dos tribunais administrativos de círculo.
5. As ações para perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são interpostas pelo Ministério Público, por qualquer membro do órgão de que faz parte aquele contra quem for formulado o pedido, ou por quem tenha interesse direto em demandar, o qual se exprime pela utilidade derivada da procedência da ação.
6. O Ministério Público tem o dever funcional de propor as ações referidas nos números anteriores no prazo máximo de 20 dias após o conhecimento dos respetivos fundamentos.
7. A condenação definitiva dos membros dos órgãos autárquicos em qualquer dos crimes de responsabilidade previsto e definidos na Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, implica a sua inelegibilidade nos atos eleitorais destinados a completar o mandato interrompido e nos subsequentes que venham a ter lugar no período de tempo correspondente a novo mandato completo, em qualquer órgão autárquico.
8. As ações previstas no presente artigo só podem ser interpostas no prazo de cinco anos após a ocorrência dos factos que as fundamentam.

Artigo 14º

Preenchimento de Vagas

1. Em caso de vacatura ou de suspensão do mandato, o membro da Assembleia Municipal é substituído, se tiver sido eleito diretamente, pelo(a) cidadão(ã) imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo(a) cidadão(ã) imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão(ã) proposto(a) pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao(à) candidato(a) imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.
3. Esgotada a possibilidade de substituição e desde que não esteja em efetividade de funções a maioria legal dos membros da Assembleia, o(a) Presidente comunica o facto ao membro do Governo responsável pela tutela das Autarquias Locais para que este marque, no prazo máximo de 30 dias, novas eleições.

SECÇÃO III

Dos Direitos e Deveres dos Membros

Artigo 15º

Deveres dos Membros da Assembleia

Constituem deveres dos membros da Assembleia:

- a)** Comparecer e permanecer nas sessões da Assembleia Municipal e nas reuniões das comissões a que pertençam;
- b)** Desempenhar os cargos e as funções para que sejam eleitos(as) ou designados(as) e a que se não hajam oportunamente escusado;
- c)** Participar nas discussões e votações se, por lei, de tal não estiverem impedidos(as);
- d)** Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros;
- e)** Observar a ordem e a disciplina fixadas no regimento e acatar a autoridade do(a) Presidente da Assembleia Municipal;
- f)** Justificar as faltas, nos termos da lei;
- g)** Comunicar à mesa quando se retirem definitivamente no decurso das reuniões;
- h)** Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia e, em geral, para a observância da Constituição, das Leis e do Regimento.

Artigo 16º **Direitos Inerentes ao Exercício do Mandato**

1. Para o regular exercício do seu mandato constituem direitos dos membros da Assembleia Municipal, além dos conferidos por lei, e reportando-se a assuntos de interesse municipal:

- a)** Usar da palavra nos termos do regimento;
- b)** Apresentar, por escrito, pareceres, propostas, recomendações, moções, votos de louvor, de pesar e de votos de congratulação;
- c)** Apresentar requerimentos;
- d)** Invocar o regimento e apresentar recursos, protestos e contra protestos;
- e)** Propor, por escrito, alterações ao regimento;
- f)** Propor, por escrito, a constituição de comissões ou grupos de trabalho nos termos do artigo 67º do regimento;
- g)** Propor por escrito listas para a eleição da mesa da Assembleia;
- h)** Propor por escrito, no âmbito do exercício da competência fiscalizadora, a realização de inquéritos à atuação dos órgãos ou serviços municipais;
- i)** Solicitar, por escrito, à Câmara Municipal, por intermédio do(a) Presidente da Assembleia Municipal, as informações e esclarecimentos que entenda necessários, mesmo fora das sessões da Assembleia;
- j)** Assistir às reuniões das comissões ou grupos de trabalho;
- l)** Receber as atas das reuniões da Câmara e o boletim municipal;
- m)** Defender a sua honra pessoal e/ou a do grupo;
- n)** Fazer pontos de ordem e interpelar a mesa.

2. No exercício das suas funções os membros da Assembleia têm ainda direito a:

- a)** Senhas de presença, relativamente a cada reunião da Assembleia Municipal e das Comissões de que façam parte, de acordo com o disposto na alínea a) do artigo 15º;

- b)** Ajudas de custo e subsídio de transporte de acordo com o definido na Lei;
- c)** Livre circulação em lugares públicos de acesso condicionado quando investidos nas respetivas funções;
- d)** Cartão especial de identificação;
- e)** Viatura municipal quando em serviço da autarquia;
- f)** Proteção em caso de acidente nos termos do Artigo 17º. da Lei 29/87 de 30 de Junho;
- g)** Dispensa do desempenho das atividades profissionais, nos termos do disposto no n.º 4 do Artigo 2.º, da Lei N.º 29/87, de 30/06;
- h)** Participação em delegações da Assembleia Municipal;
- i)** Participação em cursos, colóquios ou seminários de interesse municipal.

Artigo 17º **Responsabilidade Pessoal**

Os membros da Assembleia Municipal só podem ser responsabilizados pela sua atuação no exercício do mandato, nos casos em que a lei os considere civil ou criminalmente responsáveis.

SECÇÃO IV **Grupos Municipais**

Artigo 18º **Constituição e Organização**

- 1.** Os membros da Assembleia eleitos, bem como os(as) Presidentes de Juntas de Freguesia eleitos(as) por cada partido ou coligação de partidos ou grupo de cidadãos(ãs) eleitoras(as), podem associar-se para efeitos de constituição de grupos municipais, nos termos da lei e do regimento.
- 2.** A constituição de cada grupo municipal efetua-se mediante comunicação dirigida ao(a) Presidente da Assembleia Municipal, subscrita pelos membros que o constituem, indicando a sua designação bem como a respetiva direção.
- 3.** Cada grupo municipal estabelece livremente a sua organização, devendo qualquer alteração na sua composição ou direção ser comunicada ao(a) Presidente da Assembleia Municipal.
- 4.** Os membros que não integrem qualquer grupo municipal comunicam o facto ao(a) Presidente da Assembleia e exercem o mandato como independentes.
- 5.** Os Grupos Municipais deverão ter condições de trabalho e espaços adequados à sua atividade.

SECÇÃO V **Garantias de Imparcialidade**

Artigo 19º **Casos de Impedimento**

Nenhum membro da Assembleia Municipal pode intervir em procedimento administrativo ou deliberação, nos casos seguintes:

- a)** Quando nele tenha interesse, por si, como representante ou gestor(a) de negócios de outra pessoa;
- b)** Quando, por si ou como representante de outra pessoa, nele tenha interesse ao seu cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;
- c)** Quando, por si ou como representante de outra pessoa, tenha interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior;
- d)** Quando tenha intervindo no procedimento como perito(a) ou mandatário(a) ou haja dado parecer sobre questão a resolver;
- e)** Quando tenha intervindo no procedimento como perito(a) ou mandatário(a) do cônjuge, parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;
- f)** Quando contra ele(a), seu cônjuge ou parente em linha reta seja intentada ação judicial proposta por interessado(a) ou pelo respetivo(a) cônjuge;
- g)** Quando se trate de recurso da decisão proferida por si, ou com a sua intervenção, ou proferida por qualquer das pessoas referidas na alínea b) ou com intervenção destas.

Artigo 20º

Escusa e Suspeição

1. O membro da Assembleia Municipal deve pedir dispensa de participação e deliberação quando ocorram circunstâncias pelas quais possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou retidão da sua conduta, designadamente:

- a)** Quando, por si ou como representante de outra pessoa, nessa deliberação ou participação tenha interesse parente ou afim em linha reta ou até ao 3.º grau da linha colateral ou tutelado(a) ou colaterado(a) dele(ela) ou do seu(ua) cônjuge;
- b)** Quando o(a) titular do órgão ou agente ou seu cônjuge, ou algum parente ou afim em linha reta, for credor(a) ou devedor(a) de pessoa singular ou coletiva com interesse direto no procedimento, ato ou contrato;
- c)** Quando tenha havido lugar ao recebimento de dádivas, antes ou depois de instaurado o procedimento, pelo(a) titular do órgão ou agente, seu(ua) cônjuge, parente ou afim em linha reta;
- d)** Se houver inimizade grave ou grande intimidade entre o(a) titular do órgão ou agente ou o seu(ua) cônjuge e a pessoa com interesse direto no procedimento, ato ou contrato.

2. Com fundamento semelhante e até ser proferida decisão definitiva, pode qualquer interessado(a) opor suspeição aos membros da Assembleia Municipal que intervenham no procedimento, ato, contrato ou deliberação deste órgão.

CAPÍTULO II

DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SECÇÃO I

Mesa da Assembleia

Artigo 21º
Composição da Mesa

1. A mesa da Assembleia é composta por um(a) Presidente, um(a) 1.º secretário(a) e um(a) 2.º secretário(a).
2. O(a) Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo(a) 1.º secretário(a) e este(a) pelo 2.º secretário(a).
3. Na sua falta ou impedimento, qualquer dos(as) secretários(as) é substituído pelo membro da Assembleia Municipal que o(a) Presidente designar.
4. Na ausência de todos os membros da mesa, a Assembleia elege, por voto secreto, uma mesa «*ad-hoc*» para presidir a essa reunião.
5. O(a) Presidente da mesa é o(a) Presidente da Assembleia Municipal.

Artigo 22º
Eleição e Destituição da Mesa

1. A mesa da Assembleia é eleita por listas nominativas nas quais constam os cargos a desempenhar pelos(as) respetivos(as) candidatos(as).
2. O(a) Presidente da mesa e os restantes membros da mesa serão eleitos nos termos da lei, exercendo o respetivo mandato pelo período do mandato da Assembleia que os elegeu.
3. A mesa pode ser destituída por deliberação tomada por maioria do número legal dos membros da Assembleia em efetividade de funções.
4. A eleição e destituição realizam-se por escrutínio secreto.

Artigo 23º
Competências da Mesa

1. Compete à mesa da Assembleia:
 - a) Elaborar o projeto de regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
 - b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento;
 - c) Elaborar a Ordem do Dia das sessões e proceder à sua distribuição, depois de consultada a Comissão Permanente
 - d) Admitir as propostas da Câmara Municipal obrigatoriamente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal;
 - e) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da Assembleia Municipal, dos grupos municipais e da Câmara Municipal;
 - f) Assegurar a redação final das deliberações;
 - g) Realizar as ações de que seja incumbida pela Assembleia Municipal no exercício da competência a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
 - h) Encaminhar para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
 - i) Requerer ao órgão executivo ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia, bem como ao desempenho das suas funções, nos moldes, nos suportes e com a periodicidade havida por conveniente;

- j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da Assembleia Municipal;
 - l) Comunicar à Assembleia Municipal a recusa de prestação de quaisquer informações ou documentos bem como de colaboração por parte do órgão executivo ou dos seus membros;
 - m) Comunicar à Assembleia Municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
 - n) Dar conhecimento à Assembleia Municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
 - o) Exercer os demais poderes que lhe sejam cometidos pela Assembleia Municipal.
2. Das decisões da mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o plenário.

ARTIGO 24º

Competências do(a) Presidente da Assembleia

1. Compete especialmente ao(a) Presidente da Assembleia Municipal:
- a) Representar a Assembleia Municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
 - b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
 - c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões e das reuniões;
 - d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões e das reuniões, podendo, para esse efeito, em caso de emergência, requisitar os meios que se tornem necessários;
 - e) Assegurar o cumprimento das leis, do regimento e a regularidade das deliberações;
 - f) Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões e as reuniões, quando circunstâncias excecionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião;
 - g) Integrar o Conselho Municipal de Segurança;
 - h) Comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal as faltas do(a) Presidente da Junta e do(a) Presidente da Câmara às reuniões da Assembleia Municipal;
 - i) Comunicar ao (à) representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da Assembleia, para os efeitos legais;
 - j) Aceitar ou rejeitar, após consulta à mesa e verificada a sua regularidade regimental, os requerimentos e os documentos apresentados à mesa pelos membros da Assembleia, sem prejuízo do direito de recurso para o plenário;
 - l) Dar oportuno conhecimento à Assembleia das informações, explicações e convites que lhe forem dirigidos;
 - m) Pôr à discussão e votação os documentos admitidos;
 - n) Receber e publicar em edital as declarações de renúncia dos mandatos;
 - o) Compete ao(à) Presidente da Assembleia Municipal zelar para que a Câmara forneça as respostas e as informações solicitadas pela Assembleia Municipal em tempo útil, de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal;
 - p) Interpor recurso contencioso e pedir a suspensão de eficácia de deliberações da Assembleia Municipal que considere ilegais;

q) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo regimento ou pela própria Assembleia Municipal.

2. Compete ainda ao(a) Presidente da Assembleia Municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas, relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte aos membros da Assembleia Municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes, necessários ao funcionamento e representação do órgão autárquico, informando o(a) Presidente da Câmara Municipal para que este(a) proceda aos respetivos procedimentos administrativos.

3. Sem prejuízo da autonomia de cada comissão, Grupo de Trabalho ou Delegação criados nos termos do artigo 66º do Regimento, compete ao(a) Presidente da Assembleia Municipal promover a coordenação e articulação do trabalho destes com o plenário e tomar parte nos seus trabalhos em visitas externas, no âmbito das funções de representação previstas na alínea a) do presente artigo.

Artigo 25º **Competências dos(as) Secretários(as)**

Compete aos(as) secretários(as):

- a)** Coadjuvar o(a) Presidente no exercício das suas funções e assegurar o expediente da mesa;
- b)** Lavrar as atas das reuniões, na falta de funcionário nomeado para o efeito;
- c)** Substituir o(a) Presidente nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do regimento;
- d)** Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- e)** Ordenar a matéria a submeter à votação;
- f)** Organizar as inscrições para o uso da palavra;
- g)** Assinar, em caso de delegação do(a) Presidente, a correspondência expedida em nome da Assembleia;
- h)** Servir de escrutinador(a);
- i)** Passar as certidões requeridas nos termos legais.

Artigo 26º **Renúncia ao Cargo**

- 1.** O(a) Presidente ou qualquer dos(as) secretários(as), podem renunciar ao cargo mediante declaração escrita, dirigida à Assembleia, tornando-se a renúncia efetiva com a sua publicação em edital.
- 2.** No caso de renúncia ao cargo ou de suspensão do mandato de membro da Assembleia Municipal, proceder-se-á de imediato à eleição do(a) novo(a) titular.

CAPÍTULO III **DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA**

SECÇÃO I **Disposições Gerais**

Artigo 27º
Sede da Assembleia

1. A Assembleia Municipal de Odivelas tem a sua sede em Odivelas e nesta freguesia devem decorrer as suas reuniões.
2. Por decisão do(a) Presidente ou da própria Assembleia, esta pode reunir fora da sede, mas sempre dentro da área do Concelho de Odivelas.

Artigo 28º
Lugar na Sala das Reuniões

1. Os membros da Assembleia Municipal tomam lugar na sala pela forma acordada entre o(a) Presidente e os agrupamentos políticos ou os(as) representantes dos grupos municipais, sendo que na falta de acordo cabe à Assembleia deliberar.
2. Na sala de reuniões há lugares reservados para o executivo camarário.
3. Na sala de reuniões há lugares reservados para os(as) técnicos(as) e pessoal de apoio à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.

Artigo 29º
Lugar para a Assistência

Na sala de reuniões há lugares próprios e perfeitamente delimitados para a presença do público e da comunicação social.

Artigo 30º
Proibição de pessoas estranhas ao Plenário

Durante o funcionamento das reuniões e salvo deliberação em contrário, não é permitida a presença no plenário de pessoas que não tenham assento na Assembleia ou não estejam ao serviço desta.

Artigo 31º
Convocação das Sessões

1. Os membros da Assembleia Municipal são convocados para as sessões ordinárias e extraordinárias por edital e por carta com aviso de receção ou através de protocolo, ou por correio eletrónico quando expressamente o solicitem, a qual lhe deve ser dirigida com a antecedência mínima de 8 dias no caso de sessões ordinárias e de 5 dias no caso de sessões extraordinárias.
2. As reuniões da Assembleia devem ser convocadas para dias diferentes das reuniões da Câmara, a fim de permitir a necessária colaboração entre os dois órgãos.

Artigo 32º
Quórum

1. A Assembleia só pode reunir e deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
2. A verificação das presenças é feita à hora indicada na convocatória, através de chamada.
3. Caso se verifique a inexistência de *quórum*, no momento referido no número anterior, será feita nova chamada até trinta minutos após a hora indicada na convocatória.

4. Findos os trinta minutos previstos no número anterior, e caso persista a falta de *quórum*, o(a) Presidente designa outro dia para nova sessão ou reunião, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos neste Regimento.

5. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de *quórum* é elaborada ata onde se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas, lugar à marcação de falta.

6. Iniciada a Reunião o *quórum* pode ser verificado em qualquer momento, por iniciativa do(a) Presidente ou a requerimento de qualquer dos seus membros.

Artigo 33º

Interrupção ou suspensão das Reuniões

1. As reuniões só podem ser interrompidas pelos motivos seguintes:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de *Quórum*;
- d) A requerimento de cada Grupo Municipal, no máximo de duas vezes e não podendo exceder quinze minutos por Grupo Municipal e por reunião.

2. Ocorrendo a situação de suspensão da reunião, o(a) Presidente marca desde logo hora e local para a mesma ser retomada, na situação em que foi suspensa, se possível, até 48 horas depois do seu início.

SECÇÃO II

Das Sessões

Artigo 34º

Sessões Ordinárias

1. A Assembleia Municipal tem anualmente 5 sessões ordinárias, em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro.

2. A segunda e a quinta sessões destinam-se, respetivamente, à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, e respetiva avaliação, e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, bem como à aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte, salvo o disposto quanto à aprovação especial dos instrumentos previsionais.

Artigo 35º

Sessões Extraordinárias

1. O(a) Presidente da Assembleia Municipal convoca extraordinariamente a Assembleia Municipal, por sua própria iniciativa, quando a mesa assim o deliberar ou, ainda, a requerimento:

- a) Do(a) Presidente da Câmara Municipal, em execução de deliberação desta;
- b) De um terço dos seus membros ou de agrupamentos políticos ou grupos municipais com idêntica representatividade;
- c) De um número de cidadãos(ãs) eleitores(as) inscritos(as) no recenseamento eleitoral do município equivalente a 50 vezes o número de elementos que compõem a Assembleia Municipal.

2. Os requerimentos deverão ser apresentados por escrito com a indicação do assunto que os(as) requerentes pretendem ver tratado na sessão extraordinária.

3. O(a) Presidente da Assembleia Municipal, nos 5 dias subsequentes à iniciativa da mesa ou à receção dos requerimentos previstos nos números anteriores, por edital e por carta com aviso de receção ou através de protocolo, procede à convocação da sessão para um dos 15 dias posteriores à apresentação dos pedidos, tendo em conta que a convocatória deve ser feita com a antecedência mínima de 5 dias sobre a data da realização da sessão extraordinária.

4. Da convocatória deverá constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.

5. Quando o(a) Presidente da Assembleia Municipal não efetue a convocação que lhe tenha sido requerida nos termos dos números anteriores, podem os(as) requerentes efetuá-la diretamente, com invocação dessa circunstância, nos termos dos números anteriores com as devidas adaptações e publicitando-a nos locais de estilo, devendo a sessão realizar-se no prazo referido no n.º 3.

6. Sessões Solenes:

a) A Assembleia Municipal poderá reunir extraordinariamente para celebrar efemérides e discutir assuntos relevantes;

b) A convocatória será da responsabilidade da Mesa da Assembleia Municipal, depois de ouvida a Comissão Permanente.

Artigo 36º **Duração das Sessões**

1. As reuniões da Assembleia Municipal não podem exceder a duração de 5 dias ou 1 dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas.

2. As reuniões efetuam-se entre as 09 horas e as 24 horas, tendo cada reunião um período máximo de quatro horas.

3. No caso dos Debates Temáticos e do Debate sobre o estado do Município, só poderá ser realizada uma única reunião.

Artigo 37º **Sessões extraordinárias convocadas a Requerimento de Cidadãos(ãs) Recenseados(as)**

1. O requerimento a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 35.º deste regimento, deve indicar o número de eleitor(a) de cada requerente e a freguesia em que se encontra recenseado(a), e obedecer ao disposto no artigo 60.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.

2. Compete à mesa fiscalizar o processo nos termos da lei em vigor.

Artigo 38º **Sessões convocadas para mais de uma reunião**

1. Quando da convocação de uma sessão ordinária conste que esta se prolongará por mais do que uma reunião, apenas na 1.ª reunião haverá um período de “Antes da Ordem do Dia”.

2. Em todas as reuniões, porém, haverá um período destinado à menção, resumo ou leitura de correspondência ou petições de interesse urgente para a Assembleia.

3. Estas sessões convocadas para mais de uma reunião carecem de convocatória efetuada nos termos legais aplicáveis, que poderá, no entanto, ser efetuada oralmente e registada em ata, quando ocorram num lapso de tempo que não permita tal convocação escrita.

SECÇÃO III
Organização dos Trabalhos

Artigo 39º
Período das Reuniões

Em cada sessão há um período designado de antes da ordem do dia e outro de ordem do dia.

Artigo 40º
Período de Antes da Ordem do Dia

1. O período de antes da ordem do dia é destinado:

- a) À apreciação das atas;
- b) À leitura resumida do expediente, à identificação dos pedidos de informação ou de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo entre as sessões da Assembleia Municipal, ao anúncio das respostas dadas pela Câmara Municipal e a resposta a questões anteriormente colocadas pelo público;
- c) À apreciação de assuntos de interesse local ou nacional;
- d) Ao tratamento de assuntos relativos à administração municipal, nomeadamente para perguntas dirigidas à Câmara Municipal, que o(a) Presidente da Assembleia Municipal transmitirá àquele órgão executivo;
- e) À apresentação de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar sobre assuntos ou personalidades de especial relevo, que sejam propostos por qualquer membro da Assembleia Municipal ou pela mesa;
- f) À apresentação de recomendações ou moções sobre assuntos de interesse, que sejam apresentadas por qualquer membro da Assembleia Municipal;
- g) À votação dos documentos apresentados ao abrigo das alíneas anteriores;
- h) À constituição de comissões, grupos de trabalho ou delegações.

2. O Período Antes da Ordem do Dia nas sessões ordinárias tem a duração máxima de 60 minutos.

3. O Período Antes da Ordem do Dia, nas Sessões Ordinárias, excecionalmente e por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser acrescido de 45 minutos, sendo o tempo distribuído na mesma proporção.

4. Nas sessões extraordinárias, haverá lugar a Período Antes da Ordem do Dia naquelas que corresponderem à primeira sessão da Assembleia Municipal do mês da sua realização, com duração máxima de 30 minutos.

5. O Período Antes da Ordem do Dia, nas Sessões Extraordinárias, excecionalmente e por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser acrescido de 15 minutos, sendo o tempo distribuído na mesma proporção.

6. Os assuntos referidos na alínea d) do n.º 1 podem igualmente ser tratados na apreciação da informação sobre a atividade e situação financeira do município.

Artigo 41º
Período da Ordem do Dia

1. A ordem do dia de cada reunião será estabelecida pela Mesa da Assembleia coadjuvada pela Comissão Permanente.

2. A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro da Assembleia Municipal, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:

a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias;

b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões ordinárias.

3. A Ordem do Dia é entregue a todos os membros com antecedência sobre a data do início da reunião de, pelo menos, dois dias úteis, enviando-se-lhes, em simultâneo, para consulta, a respetiva documentação por carta com aviso de receção, através de protocolo ou por correio eletrónico, devendo ser observada a preferência expressa de cada membro da Assembleia Municipal.

4. Os membros da Assembleia Municipal que optarem pelo correio eletrónico para efeitos de receção de documentação de suporte à Ordem do Dia, poderão solicitar, a qualquer momento, aos serviços de apoio a entrega da documentação relativa aos pontos, em que tal julguem conveniente, por protocolo.

5. A Ordem do Dia não pode ser modificada nem interrompida a não ser nos casos previstos no regimento ou, tratando-se de sessão ordinária, se tal for deliberado pela maioria de dois terços dos membros da Assembleia Municipal.

6. A sequência das matérias fixadas para cada sessão pode ser modificada por deliberação da Assembleia Municipal.

7. O tempo máximo da intervenção de cada deputado(a) em cada ponto da ordem do dia, com as exceções previstas nos artigos seguintes, é de 8 minutos, repartido por um máximo de duas intervenções.

8. A apresentação de cada proposta, pelo(a) proponente ou pela Câmara, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que se visam prosseguir e não poderá exceder o total de 10 minutos.

9. A apreciação da Informação a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º deste regimento constitui, obrigatoriamente, o primeiro ponto da ordem do dia e processa-se da seguinte forma:

a) Intervenção inicial do(a) Presidente da Câmara ou do seu(ua) substituto(a) legal;

b) Intervenção dos agrupamentos políticos ou grupos municipais;

c) Resposta do(a) Presidente da Câmara ou do seu(ua) substituto(a) legal, ou dos(as) vereadores(as) em que aqueles(as) delegarem para as respostas sectoriais.

10. Para efeitos do número anterior, a Câmara dispõe de um total de 45 minutos e os agrupamentos políticos ou grupos municipais de um total de 90 minutos.

11. Nos casos em que o grande volume dos documentos relativos a um ou vários pontos da ordem de trabalhos obrigue a ponderar os elevados custos inerentes à sua distribuição integral a cada membro da Assembleia Municipal, será acordada em sede da Comissão Permanente uma outra forma de distribuição que, sem alienar os direitos de cada membro da Assembleia, proporcione redução de custos, sendo que nos casos do relatório e contas, do plano de atividades e do orçamento, a documentação deverá ser distribuída a todos os membros.

12. Os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo respeitantes aos assuntos que integram a ordem de trabalhos, que por razões de natureza técnica ou de confidencialidade, ainda que pontual, não sejam distribuídos nos termos do número anterior, devem estar disponíveis para consulta, nos dois dias anteriores à data indicada para a reunião.

13. Quando se referirem a assuntos tratados na Ordem do Dia, os documentos apresentados no âmbito das alíneas e) e f) do nº1 do artigo 40º podem ser discutidos e votados no ponto respetivo, mediante deliberação da maioria dos membros da assembleia.

Artigo 42º

Debates Temáticos

1. Quando a Assembleia Municipal realize uma sessão extraordinária que tenha como único ponto da ordem de trabalhos um debate sobre matéria específica de política municipal, a sua duração será limitada a uma única reunião, salvo quando a Assembleia delibere o seu prolongamento por mais uma reunião.
2. A sessão poderá abrir com uma exposição da Câmara, pelo período máximo de dez minutos, podendo intervir na exposição o(a) Presidente e os(as) Vereadores(as) responsáveis dos serviços respetivos, e por uma exposição de cada Grupo Político Municipal que o entenda fazer, com a duração máxima de 5 minutos, seguindo-se um período de perguntas e respostas, após o que o debate será generalizado.
3. Os tempos de intervenção serão distribuídos pelos Grupos Políticos Municipais nos termos do artigo 44º.
4. A Câmara, para além do período da exposição inicial, disporá de um período não superior a 30 minutos para respostas ou outras intervenções.
5. Compete à Comissão Permanente deliberar sobre outra forma de distribuição de tempo, bem como da organização do debate.
6. As matérias específicas e os temas a debater são fixados pela Mesa, sob proposta da Comissão Permanente, depois de ouvida a Câmara.
7. O(a) Presidente da Assembleia Municipal poderá convidar a participar nestas sessões individualidades cuja presença considere útil pelos seus conhecimentos dos temas em debate.

Artigo 43º

Debates sobre o Estado do Município

1. No primeiro semestre de cada ano, em sessão extraordinária a convocar expressamente para o efeito, a Assembleia Municipal realizará um debate sobre o estado do Município.
2. A sessão abrirá com uma intervenção de cada Grupo Municipal, em tempo não superior a cinco minutos cada uma, seguindo-se o debate no período de cento e vinte minutos a distribuir nos termos do nº 6 do Artigo 41º deste Regimento.
3. A gestão dos tempos de intervenção da Câmara no debate serão da responsabilidade desta, tendo como limite máximo 60 minutos.
4. As matérias específicas e os temas a debater são fixados pela mesa sob proposta da Comissão Permanente e ouvida a Câmara.

Artigo 44º

Tempos de Intervenção e Organização das Intervenções

1. É da exclusiva responsabilidade dos agrupamentos políticos ou grupos municipais e da Câmara Municipal a gestão dos tempos de intervenção que o regimento lhes atribui, sendo que poderá haver uma cedência de tempo entre bancadas até um máximo de três minutos por reunião, nos pontos onde exista tempo definido por bancada.
2. No período da ordem do dia nenhum membro da Assembleia Municipal se pode inscrever para usar da palavra mais do que duas vezes, nos termos do nº 6 do artigo 41.º.
3. A palavra é dada pela ordem de inscrição, devendo a mesa, sempre que se justifique, conceder a palavra intercaladamente aos membros da Assembleia Municipal inscritos nos diferentes agrupamentos políticos ou grupos municipais.

4. Com exceção dos requerimentos feitos nos termos do artigo 52º deste regimento, nenhum documento entrado na mesa durante os trabalhos pode ser votado sem que previamente tenha sido fornecida cópia a cada agrupamento político ou grupo municipal.

5. Quando houver lugar à definição de tempos de intervenção a utilizar pelos Grupos Municipais, os mesmos serão distribuídos proporcionalmente ao número de membros de cada Grupo, assegurando-se um tempo mínimo a cada um destes, sendo igualmente definido um tempo de intervenção para a Câmara.

SECÇÃO IV Do Uso da Palavra

Artigo 45º Uso da Palavra pelos Membros da Assembleia

A palavra é concedida aos membros da Assembleia Municipal para:

- a) Participar nos debates;
- b) Tratar de assuntos de interesse municipal ou nacional;
- c) Emitir votos;
- d) Apresentar recomendações, propostas, moções e declarações políticas;
- e) Formular ou responder a pedidos de esclarecimentos;
- f) Fazer requerimentos;
- g) Produzir declarações de voto;
- h) Fazer propostas, contrapropostas e interpor recursos;
- i) Exercer o direito de defesa, reagindo contra ofensas à sua honra e dignidade;
- j) Invocar as demais disposições aplicáveis do presente regimento.

Artigo 46º Uso da Palavra pelos Membros da Mesa

Os membros da mesa em funções na reunião, deverão sair da mesa e deslocar-se ao local de estilo, para o uso da palavra, quando o pretendam fazer na qualidade de membro da Assembleia Municipal.

Artigo 47º Uso da Palavra pelos Membros da Câmara

1. A palavra é concedida ao(a) Presidente da Câmara ou ao seu(ua) substituto(a) legal para no período de antes da ordem do dia prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal, não podendo, em cada intervenção, exceder 3 minutos na resposta a cada pedido de esclarecimento;

2. A palavra é concedida ao(a) Presidente da Câmara ou ao seu(ua) substituto(a) legal para no período da ordem do dia:

- a) Prestar a informação nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º deste regimento;
- b) Apresentar os documentos submetidos pela Câmara Municipal nos termos legais à apreciação da Assembleia Municipal;

- c) Intervir nas discussões, sem direito a voto;
 - d) Exercer, quando o invoque e dentro do tempo da Câmara, o direito de resposta;
 - e) Invocar o regimento ou pedir esclarecimentos à mesa.
3. A palavra é concedida aos(às) vereadores(as) para, no âmbito das tarefas específicas que lhes estão cometidas e no período da ordem do dia:
- a) Intervir sem direito a voto nas discussões, a solicitação do(a) Presidente da Câmara ou do plenário da Assembleia Municipal;
 - b) Exercer, quando o invoquem e dentro do tempo da Câmara, o direito de resposta.
4. A palavra é ainda concedida aos membros da Câmara para o exercício do direito de defesa da honra.

Artigo 48º **Uso da Palavra pelo Público**

A palavra é concedida ao público para intervir nos termos do artigo 74.º deste regimento.

Artigo 49º **Fins de Uso de Palavra**

1. Quem solicitar a palavra deve declarar para que fim a pretende.
2. Quando o(a) orador(a) se afaste da finalidade para que lhe foi concedida a palavra, é advertido(a) pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal, que pode retirar-lha se o(a) orador(a) persistir na sua atitude.

Artigo 50º **Modo de Usar a Palavra**

1. No uso da palavra os(as) oradores(as) dirigem-se ao(a) Presidente da Assembleia Municipal, aos membros da Assembleia Municipal e aos(às) representantes da Câmara.
2. O(A) orador(a) não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções, as vozes de concordância ou análogas.
3. O(A) orador(a) é advertido(a) pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo o(a) Presidente da Assembleia Municipal retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.
4. O(A) orador(a) pode ser avisado(a) pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal para resumir as suas considerações quando se aproxime o termo do tempo regimental.

Artigo 51º **Invocação do Regimento e Interpelação à Mesa**

1. O membro da Assembleia Municipal que pedir a palavra para invocar o regimento, indica de forma fundamentada a norma visada.
2. Os membros da Assembleia Municipal podem interpelar a mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. Não há justificação nem discussão das perguntas dirigidas à mesa.
4. O uso da palavra para invocar o regimento e interpelar a mesa não pode exceder 3 minutos.

Artigo 52º

Requerimentos

1. São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento da reunião.
2. Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente, podendo o(a) Presidente da Assembleia Municipal, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento oral seja formulado por escrito.
3. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, se pedida, não podem exceder 2 minutos.
4. Os requerimentos, uma vez admitidos, são imediatamente votados sem discussão.
5. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.
6. As declarações de voto orais carecem de confirmação por escrito ou posteriormente por correio eletrónico, para constarem em ata.

Artigo 53º

Recursos

1. Qualquer membro da Assembleia Municipal pode recorrer da decisão do(a) Presidente da Assembleia Municipal.
2. O membro da Assembleia Municipal que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a 3 minutos.
3. Para intervir sobre o objeto do recurso pode usar da palavra, por tempo não superior a 3 minutos, um(a) representante de cada agrupamento político ou grupo municipal.
4. As declarações de voto orais carecem de confirmação por escrito ou posteriormente por correio eletrónico.

Artigo 54º

Pedidos de Esclarecimento

1. A palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta e da resposta, sobre a matéria em dúvida, enunciada pelo(a) orador(a) que tiver acabado de intervir.
2. Os membros da Assembleia Municipal que queiram formular pedidos de esclarecimento, devem inscrever-se no termo da intervenção que os suscitou, sendo formulados pela ordem de inscrição e respondidos em conjunto se o(a) interpelado(a) assim o entender.
3. O(A) orador(a) interrogante e o(a) orador(a) interpelado(a) dispõem de 3 minutos por cada intervenção, não podendo, porém, as respostas exceder o tempo global de 10 minutos.

Artigo 55º

Reação Contra Ofensas à Honra ou Consideração

1. Sempre que um membro da Assembleia Municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou da honra do grupo a que pertence, pode para se defender, usar da palavra por tempo não superior a 3 minutos.

2. O(A) autor(a) das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a 3 minutos.

Artigo 56º **Protestos e Contra-protestos**

1. Por cada grupo municipal e sobre a mesma matéria apenas é permitido um protesto.
2. O tempo para o protesto não pode ser superior a 3 minutos.
3. Não são admitidos protestos a pedidos de esclarecimento e às respetivas respostas, bem como a declarações de voto.
4. Os contra protestos não podem exceder 3 minutos por cada protesto, e 5 minutos no total.

Artigo 57º **Proibição do Uso da Palavra no Período da Votação**

Anunciado o período de votação, nenhum membro da Assembleia Municipal pode usar da palavra até à proclamação do resultado, exceto para apresentar requerimentos respeitantes ao processo de votação.

Artigo 58º **Declaração de Voto**

1. Cada grupo municipal ou cada membro da Assembleia Municipal, a título individual, tem direito a produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação.
2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, carecendo estas últimas de confirmação por escrito ou por correio eletrónico.
3. As declarações de voto orais não podem exceder 3 minutos, salvo quanto às alíneas a), b), c) e d) do n.º 3 do artigo 4.º deste regimento, casos em que podem ser de 5 minutos.
4. As declarações de voto escritas são entregues na mesa até ao final da reunião ou posteriormente por correio eletrónico.

CAPÍTULO IV **DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES**

Artigo 59º **Maioria**

As deliberações são tomadas pela pluralidade de votos, com a presença da maioria do número legal dos membros da Assembleia Municipal, tendo o(a) Presidente da Assembleia Municipal voto de qualidade no caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

Artigo 60º **Objeto das Deliberações**

Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião ou sessão, salvo se, tratando-se de reunião ou sessão ordinária, pelo menos dois terços do

número legal dos seus membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.

Artigo 61º **Voto**

1. Cada membro da Assembleia Municipal tem um voto.
2. Nenhum membro da Assembleia Municipal presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.
3. Não é permitido o voto por procuração.

Artigo 62º **Formas de Votação**

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
 - a) Por braço levantado;
 - b) Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições, em que estejam em causa juízos de valor sobre pessoas ou ainda quando a Assembleia Municipal assim o delibere;
 - c) Por votação nominal, apenas quando requerida por qualquer dos grupos municipais e aceite expressamente pela Assembleia Municipal.
2. Nas votações por braço levantado, a mesa anuncia a distribuição partidária dos votos.
3. O(a) Presidente da Assembleia Municipal vota em último lugar.

Artigo 63º **Processo de Votação**

1. Sempre que se tenha que proceder a uma votação, o(a) Presidente da Assembleia Municipal anuncia-o de forma clara, para que os membros da Assembleia Municipal possam tomar atempadamente os seus lugares.
2. Quando da votação por escrutínio secreto procede-se à chamada nominal de todos os membros da Assembleia Municipal, findo o que se efetua uma segunda chamada, desta vez apenas dos membros que não responderam à primeira.
3. Terminada a segunda chamada é encerrada a urna, procedendo-se de seguida à contagem dos votos e ao anúncio dos resultados.

Artigo 64 **Empate da Votação**

1. Em caso de empate na votação o(a) Presidente da Assembleia Municipal tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.
2. Havendo empate na votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e se o empate se mantiver adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte.
3. Mantendo-se o empate na primeira votação da reunião seguinte, procede-se a votação nominal.

Artigo 65º
Voto de Vencido(a)

1. Os membros da Assembleia Municipal podem fazer constar da ata o seu voto de vencido(a) e as razões do mesmo;
2. Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações terão de ser acompanhadas das declarações de voto apresentadas;
3. O registo na ata do voto de vencido(a) isenta o(a) emissor(a) deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada;
4. Do Voto de Vencido(a) e nos termos do Estatuto de Oposição decorre o direito à divulgação do mesmo.

CAPÍTULO V
DAS COMISSÕES, DELEGAÇÕES OU GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 66º
Constituição

1. A Assembleia Municipal delibera sobre a constituição de Delegações, Comissões Especializadas Permanentes e Grupos de Trabalho, de entre os seus membros, para estudo dos problemas relacionados com os interesses próprios da autarquia nos termos da Lei.
2. A iniciativa de constituição de Comissões Especializadas Permanentes, Delegações e Grupos de Trabalho, pode ser exercida pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal, pela mesa ou por qualquer um dos Agrupamentos Políticos ou Grupos Municipais, sem prejuízo do disposto na alínea f), número 1, do artigo 16.º deste regimento.
3. A deliberação da constituição de Grupos de Trabalho deve delimitar o seu objeto e fixar o prazo de funcionamento.

Artigo 67º
Competências

1. Compete às Delegações, Comissões Especializadas Permanentes ou Grupos de Trabalho, o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do município, sem interferência, no funcionamento e na atividade normal da Câmara Municipal.
2. Os relatórios das Comissões e Grupos de Trabalho bem como os pareceres sobem ao plenário com as posições consensuais e com todas as outras não consensuais.
3. As Delegações, após cumprida a sua finalidade, devem enviar à mesa da Assembleia Municipal, num prazo máximo de 30 dias, o respetivo relatório.

Artigo 68º
Composição

1. O número de membros de cada Comissão Especializada, Delegação ou Grupo de Trabalho e a sua distribuição pelos diversos agrupamentos políticos ou grupos municipais, quando existirem, são fixados pela Assembleia Municipal, ou por deliberação desta, pela Comissão Permanente.
2. A composição referida no número anterior deve ser fixada pela Comissão Permanente e ter em atenção, a representação existente na Assembleia Municipal.

3. A indicação dos membros para Comissões Especializadas e Grupos de Trabalho, efetivos e suplentes, compete aos respectivos Agrupamentos políticos e Grupos Municipais e deve ser efetuado no prazo fixado pela Assembleia ou pelo(a) Presidente.

4. Os Agrupamentos Políticos ou Grupos Municipais podem proceder à substituição do membro que indicaram por um outro em efetividade de funções.

Artigo 69º

Funcionamento das Comissões, Delegações e Grupos de trabalho

1. Compete ao(a) Presidente da Assembleia Municipal convocar a primeira reunião, das Comissões e Grupos de Trabalho, e dar posse aos membros efetivos e suplentes das Comissões.

2. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da Delegação, Comissão Especializada ou Grupo de Trabalho.

3. As Comissões Especializadas ou Grupos de Trabalho podem solicitar a colaboração nos seus trabalhos de membros da Câmara Municipal, de funcionários(as) dos seus serviços, de outros membros da Assembleia Municipal ou de quaisquer outras pessoas ou entidades que se considerem necessárias.

4. Cada Comissão Especializada ou Grupo de Trabalho tem um(a) coordenador(a) a quem compete dirigir as reuniões, orientar os trabalhos e elaborar o relatório a submeter ao plenário da Assembleia Municipal com as respetivas conclusões nos prazos por este(a) fixado e colaborar na função de representação institucional da Assembleia Municipal no âmbito da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º quando tal for solicitado pelo Presidente

5. Cada Comissão Especializada, Grupo de Trabalho ou Delegação tem um máximo de dois(uas) Secretários(as) a quem compete a elaboração das atas, coadjuvar o(a) respetivo(a) Coordenador(a) nas suas funções, substituí-lo(a) nas suas ausências e impedimentos e colaborar na elaboração de relatórios ou conclusões a submeter ao plenário da Assembleia Municipal, nos termos a fixar pela própria Comissão ou Grupo de Trabalho.

Artigo 70º

Comissão Permanente

1. Uma das comissões será a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, constituída pelos membros da mesa da Assembleia Municipal e por um(a) representante de cada agrupamento Político ou Grupo Municipal.

2. A Comissão Permanente reúne mediante convocação do(a) Presidente da Assembleia, a pedido de qualquer Grupo Político Municipal e sempre antes de cada sessão da Assembleia.

3. Compete à Comissão Permanente:

a) Elaborar a proposta de Orçamento e Plano de Atividades da Assembleia Municipal;

b) Pronunciar-se sobre assuntos que tenham a ver com o regular funcionamento da Assembleia;

c) Apreçar os assuntos e propostas a agendar nas reuniões da Assembleia;

d) Propor a introdução no período da Ordem do Dia de assuntos de interesse para o Município;

e) Analisar e encaminhar as petições dirigidas à Assembleia Municipal;

f) Colaborar com o(a) Presidente da Assembleia Municipal na elaboração da informação da Assembleia Municipal a incluir no boletim informativo do município.

g) Colaborar com o(a) Presidente da Assembleia Municipal na coordenação do trabalho das Comissões Especializadas, Delegações ou Grupos de Trabalho, sem prejuízo na autonomia do funcionamento de cada um deles, e na articulação das comissões com o plenário, no âmbito da alínea q) do número 1 do artigo 24º.

h) Promover a existência e o dinamismo de suportes de comunicação institucional adequados à Assembleia Municipal tendo em vista um maior conhecimento e divulgação das atividades desta junto dos cidadãos.

4. As deliberações da Comissão Permanente são apuradas por consenso e, não sendo possível o mesmo, caberá ao plenário decidir.

5. A Comissão Permanente reunirá, pelo menos uma vez entre as Sessões da Assembleia Municipal.

Artigo 71.º

Comissões Especializadas Permanentes

As comissões especializadas serão criadas por deliberação do plenário, sob proposta do(a) Presidente da Assembleia Municipal, ouvida a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, não podendo o número de Comissões Especializadas ser superior a cinco.

Artigo 72º

Contactos Externos e Visitas

1. Os contatos externos das comissões processam-se por intermédio da mesa da Assembleia Municipal.

2. As comissões podem realizar reuniões e visitas de trabalho, dentro e fora do Concelho.

CAPÍTULO VI

DIREITO DE PETIÇÃO

Artigo 73º

Direito de Petição

1. É garantido aos(às) cidadãos(ãs) eleitoras(as) do Concelho de Odivelas o direito de petição à Assembleia Municipal de Odivelas, sobre matérias do âmbito do município.

2. As petições, individuais ou coletivas, são dirigidas ao(a) Presidente da Assembleia Municipal devidamente assinadas pelos(as) titulares e com identificação completa de um(a) dos(as) signatários(as).

3. O(a) Presidente da Assembleia Municipal encaminha as petições para uma comissão ou grupo de trabalho, tendo em atenção a respetiva matéria, podendo fixar prazo para a sua apreciação.

4. Essa comissão ou grupo de trabalho procederá às diligências que considerar necessárias, ouvindo os(as) peticionários(as) se o entender, e requerendo à Câmara e aos serviços as informações adequadas.

5. A comissão elabora um relatório no prazo fixado ou, na ausência de fixação, no prazo de 30 dias.

6. Com base no relatório, será sempre dada resposta aos(às) peticionários(as) e informação ao plenário.

7. A apreciação dos relatórios relativos às petições subscritas por um mínimo de 250 cidadãos(ãs) eleitoras(as) recenseados(as) na área do Concelho de Odivelas é obrigatoriamente inscrita na ordem de trabalhos de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal.

CAPÍTULO VII

DA PUBLICIDADE DOS TRABALHOS E DOS ACTOS DA ASSEMBLEIA

Artigo 74º

Carácter Público das Reuniões

1. As reuniões da Assembleia Municipal são públicas.
2. A intervenção do público será feita em local condigno, de molde a que possa falar de frente para a Assembleia Municipal.
3. Em cada sessão, ordinária e extraordinária, o(a) Presidente da Assembleia Municipal fixa um período de intervenção, não superior a 30 minutos, aberto ao público para apresentação de assuntos de interesse municipal e pedidos de esclarecimento dirigidos à mesa.
4. Nas sessões realizadas no período da noite, a intervenção do público terá início após o período antes da ordem do dia. Nas reuniões de continuação este período ocorre no início dos trabalhos.
5. Os(As) munícipes interessados(as) em intervir no período de intervenção do público, deverão inscrever-se presencial ou telefonicamente até à hora marcada para o início da reunião, indicando nome, morada e assunto a tratar.
6. O tempo referido no n.º 3 do presente artigo, será distribuído pelos(as) munícipes inscritos(as), não podendo cada um(a) exceder 5 minutos na sua intervenção.
7. O período de intervenção do público, pode ocorrer excecionalmente após o período antes da ordem do dia, se tal for deliberado pela Assembleia Municipal.
8. Terminado o período fixado nos termos do n.º 2, o(a) Presidente da Câmara Municipal ou o(a) vereador(a) por si indicado, e a mesa, se for caso disso, responderão aos esclarecimentos solicitados.
9. Se a mesa não estiver de momento habilitada a prestar os esclarecimentos solicitados, remeterá o assunto à comissão especializada respetiva para acompanhamento, posterior resposta aos(às) requerentes e informação ao plenário.
10. A nenhum(a) cidadão(ã) é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, sob pena de sujeição à aplicação de coima nos termos legalmente previstos.

Artigo 75º

Atas

1. De cada reunião ou sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
2. Das atas deverão também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.
3. As atas são lavradas, sempre que possível, por um(a) funcionário(a) da autarquia designado(a) para o efeito (ou pelos(as) secretários(as) da mesa) e submetidas à votação de

todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após a aprovação, pelos(as) secretários(as) e pelo(a) Presidente da Assembleia Municipal.

4. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final ou durante as reuniões, conforme o caso, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes.

5. As deliberações só adquirem eficácia depois de aprovadas as minutas das atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos do número anterior.

6. As atas são aprovadas em sessão subsequente sendo remetidas antecipadamente aos membros da Assembleia Municipal.

7. Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 1 deste artigo, a ata deve sempre conter uma referência, ainda que sumária, ao conteúdo das intervenções proferidas no âmbito da discussão do período da ordem do dia.

Artigo 76º **Publicidade das Deliberações**

As deliberações destinadas a ter eficácia externa, são obrigatoriamente publicadas no Diário da República, quando a lei expressamente o determine, sendo nos restantes casos publicada no boletim da autarquia ou em edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação, sem prejuízo do disposto em legislação especial.

CAPÍTULO VIII **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 77º **Entrada em Vigor e Publicação**

1. O regimento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e dele é fornecido um exemplar a cada membro da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.

2. O regimento da Assembleia Municipal é publicado no boletim municipal.

3. Nos termos da lei, quando da instalação de uma nova Assembleia Municipal, enquanto não for aprovado e publicado o regimento, continuará em vigor o anteriormente aprovado.

Artigo 78º **Interpretação e Integração de Lacunas**

Compete à mesa, com recurso para o plenário, interpretar o presente regimento e integrar as lacunas.

Artigo 79º **Alterações**

1. O presente regimento pode ser alterado pela Assembleia Municipal, por proposta de um grupo municipal ou de, pelo menos, 20% dos seus membros.

2. Admitida qualquer proposta de alteração, a sua apreciação é feita pela mesa ou por um grupo de trabalho expressamente criado para o efeito.

3. As alterações do regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, entrando em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em edital e boletim municipal.
4. O regimento, com as alterações inscritas no lugar próprio, é objeto de nova publicação.

ANEXO I
Distribuição de Tempos de Intervenção

a) Período de “Antes da Ordem do Dia”; Primeiro ponto da “Ordem do Dia” das Sessões Ordinárias, Grandes Opções do Plano e Orçamento e Prestação de Contas:

PS - 26 minutos

CDU - 15 minutos

PSD - 11 minutos

BE - 5 minutos

CDS – 3 minutos

Nota: Ao tempo atribuído no período de “Antes da Ordem do Dia” das Sessões Ordinárias pode ser aumentado em 50% (+30 minutos), a pedido de qualquer bancada.

b) Debates sobre o Estado do Município e Debates Temáticos:

PS - 38 minutos

CDU – 21 minutos

PSD - 16 minutos

BE - 9 minutos

CDS – 6 minutos

Nota: Nestes debates é atribuído a cada bancada, 5 minutos para exposições iniciais.

c) Tempo atribuído à Câmara Municipal:

Período “Antes da Ordem do Dia” – 3 minutos por cada resposta

Ponto 1 das Sessões Ordinárias, Prestação de Contas – 45 minutos

Debates sobre o Estado do Município – 60 minutos

Debates Temáticos – 30 minutos

Grandes Opções do Plano e Orçamento – 60 minutos